



A TERRITORIALIZAÇÃO E SUAS NUANCES RELACIONAIS

Wellington de Jesus Bomfim¹

RESUMO

O texto aqui proposto tem como base uma discussão desenvolvida na tese de doutoramento intitulada “A luta pela terra no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE)”. Procura discutir a atuação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) enquanto órgão estatal que regido pelo decreto 4.887/03 tem a atribuição de desenvolver as ações administrativas para a regularização de tais territórios. No caso em pauta se coloca em evidência as estratégias normativas acionadas para a garantia do acesso à terra, que envolveram outros agentes públicos - MPF (Ministério Público Federal) e SPU (Superintendência do Patrimônio da União) -, e como essas articulações contribuíram para desenhar uma espécie de “território negociado” que se caracteriza pela judicialização de tal direito. O trânsito que o caso percorre na justiça, tanto na esfera federal, estadual e municipal demonstra um jogo de jurisprudência que dialoga com interesses de diferentes setores. São partes diversas envolvidas (população, proprietários, empresas e parlamentares) que se colocam em posições contraditórias se valendo de discursos de convencimento, onde se demonstram concepções de *justiça* que ditam o andamento dessa política pública. Pretendo assim discutir, na perspectiva do *reconhecimento jurídico* a possibilidade de entender a questão quilombola como um espelho de uma realidade complexa que apresenta políticas de diferenças diante de um processo histórico de conformação tradicional de territorialidade.

Palavras chaves: Território quilombola. Reconhecimento jurídico. Agentes públicos.

¹ Doutor em Sociologia (PPGS/UFS); SEED/SE. E-mail: wdobugio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em minha tese de doutoramento, intitulada “A luta pela terra no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade do Brejão dos negros (SE)”, defendi a ideia de que um território quilombola se constitui a partir de um sistema de negociações, resultado do jogo de disputas e embates gerado em torno desse processo. As partes envolvidas, pautadas em mecanismos legais que garantem o direito à terra, se munem por meio de articulações e alianças, de estratégias políticas que tencionam, de um lado, na direção da aplicabilidade da lei, do outro, se valendo da cultura jurídica brasileira, na direção da não efetividade legal.

Nas considerações que se seguem, estarei discutindo a atuação de órgão públicos que se encontram delegados a si, atribuições regulamentadas no decreto 4.887/03. Para chegar a este mecanismo regulatório, estarei transitando pela fase em aberto do artigo 68, período em que antecede a sanção do decreto, evidenciando a dificuldade de regulamentação das atribuições e seus atores, o que indica a problemática de aplicabilidade da lei. Com isso estarei apontando para aspectos que esclarecem a atuação de alguns desses órgãos e explicam a lentidão dos processos, como no caso em questão.

O reconhecimento jurídico traz consigo uma série de ações que aproximam em relações institucionais, órgãos e atores que até então se mantinham em espaços peculiares. Desse modo, pretendo ser sucinto nas análises, buscando mais um caráter descritivo do caso, para que se possa perceber como o território, enquanto resultado desses processos de reconhecimento são construções dinâmicas e não definitivas.

1. SITUANDO A QUESTÃO

Olhando para a realidade histórica da situação social da população negra no Brasil, fica no mínimo curioso, na atualidade, entender como foi indicada a possibilidade desse direito. Afinal, em se tratando de terra podemos afirmar que estamos falando de um objeto de real valor (material e simbólico) em nossa

sociedade. E daí acreditar que grupos de afrodescendentes passarão a ser “donos” de glebas, que serão desapropriadas fazendas inteiras até, em alguns casos.... Quero iniciar esse exercício reflexivo por dois pontos: 1. Será que não se imaginava a quantidade de comunidades que poderiam ser “encontradas”? Afinal, tratava-se da ideia de uma forma de organização social que remetia ao quase mito de Palmares, e que estava localizada em um tempo e espaço muito demarcado.

A história “oficial” ao invisibilizar (LEITE, 2000) essa população, criou a sensação de que eram tais “remanescentes” uma espécie de sobra que pôde ser considerada insignificante. 2. Por outro lado, não se esquecendo do contexto de reivindicações dos movimentos sociais e outros setores da sociedade, na defesa de justiça aos descendentes das populações escravizadas no Brasil (BOMFIM, 2017), atender esse setor da sociedade civil, representado por parlamentares constituintes, significava uma conquista política. Tal feito representa um símbolo de mudança², mesmo que tenha sido levado aos Atos das Disposições Transitórias – ADCT. Terá sido essa seção da Constituição Federal um espaço reservado ao que não se pretenda garantir aplicabilidade?

Esses pontos são o pano de fundo do andamento da questão, tendo em vista que certamente a inclusão deste artigo não tenha sido uma obra do reconhecimento da necessidade de uma política de reparação, ou garantia obtida com a política da diferença, o que pode explicar seu lugar de origem, os ADCT. Afinal esse é um setor considerado uma espécie de armazém de restos normativos. Conforme anotou Raul Machado Horta (1993, p.264), se trata de um “... terreno do depósito residual, da miscelânea e da mistura normativa.”. De fato se o(a) leitor(a) for observar a sequência de artigos nessa área do texto da CF, os temas são tratados sem ordenação, sem uma sistematização. É uma sequência de definições soltas, sem vínculos operacionais, de atribuições, ou regulamentações. Para se ter uma ideia, o artigo 67 trata da demarcação de terras indígenas e o 69 de Consultorias Jurídicas nos estados.

Para Luís Roberto Barroso (1993, p.49), por sua vez, trata-se de uma estratégia de transição de uma normatização antiga para uma nova, tentando suavizar essa passagem. Segundo Barroso, “destinam-se as normas dessa natureza

² Imaginar que na Lei de Terras (1850) os negros não eram tido como sequer sujeitos de direito; e no Estatuto da Terra (1964) se via absorvido por categorias gerais que não reconheciam o direito étnico.

a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, procurando neutralizar os efeitos nocivos desse confronto, no tempo, entre regras de igual hierarquia...”. Esse autor encontra uma finalidade a esses “resíduos” que se adequa à realidade da regularização fundiária quilombola, tendo em vista que o confronto a vista é com um direito garantido, o direito da propriedade privada salvo nas normatizações anteriores³.

Seja como for, em face às incertezas e deslizes das negociações, o referido artigo segue para os ADCT, onde se veste desse manto de abstração operativa, que não aponta para como tal direito será efetivado, e se pronuncia: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2000).

Assim sendo, como afirmei, “Esse mecanismo legal se por um lado institui o reconhecimento do direito étnico, por outro atribui ao poder público (seja federal, estadual ou municipal) a obrigação de adotar as medidas cabíveis para tanto.” (BOMFIM, 2017 p.29). Mas, ainda não se define, as quais órgãos, ou setores do Estado irão caber às atribuições de implementar os procedimentos para tal fim.

Algumas análises apontam para a obrigatoriedade do Estado em emitir tais títulos, pela imperatividade do dispositivo (ELLA WICKO, 2002), bem como para a inconstitucionalidade “por omissão” do seu não cumprimento (SUNDFELD, 2002). Mas, do ponto de vista prático, as definições procedimentais e de atribuições precisavam ser estabelecidas. Desse modo, o texto da lei pareciam palavras soltas ao ar, o que servia até de justificativa para a dinâmica da matéria.

A Procuradoria da República mediante os pedidos de reconhecimento das terras em pauta se via na necessidade de instaurar inquéritos que demandavam laudos antropológicos para “comprovar” a descendência dos grupos solicitantes⁴. Tal procedimento passou a atrelar os processos ao trabalho antropológico que traz a tona entendimentos que demonstram a complexidade das definições em questão. E, joga à mesa do judiciário uma matéria instável e movediça que representa mais um desafio normativo pouco atraente.

³ Desde a Lei de Terras (1850) o direito a propriedade privada estava garantido, e com a CF de 1988, compete a União legislar sobre o direito agrário.

⁴ Em sua grande parte impulsionada por agentes externos.

O certo é que o direito foi homologado e as expectativas foram atingiram de leve, ainda, os seus sujeitos. Os movimentos sociais representantes dessa parcela da população passam a cobrar o andamento dos processos. Essa pressão requer agilidade e para tanto, se faz necessário a regulamentação do artigo.

Uma primeira tentativa de definir tais procedimentos e atribuições foi o decreto 3.912/2001, que:

Regulamenta as disposições relativas ao processo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas (BRASIL, 2001).

Em seu Artigo 1º o decreto imputa à Fundação Cultural Palmares todas as atribuições acima mencionadas. No entanto, e por algumas razões, é alvo de sérias críticas inclusive de juristas como a Procuradora da República Deborah Macedo Duprat (2002, p.289), que publica uma análise do referido dispositivo, apontando para seu caráter inconstitucional, pois, entende que:

[...] o decreto, além de atentar contra a ordem constitucional, revela-se completamente destituído de utilidade ao fim proposto – regulamentação do art. 68 do ADCT – e padecendo de vício de ilegalidade. A uma, porque não enfrenta, sequer remotamente, a questão da incidência desses remanescentes de comunidades de quilombos em áreas já tituladas, sob o domínio privado, ao não disciplinar os aspectos que necessariamente a tangenciam, como a necessidade, forma e procedimento de desapropriação, nulidade ou não dos títulos privados. A duas, porque, limitando-se à disciplina das terras da União – que resulta do fato de passar ao largo das terras sob domínio privado e manter, implicitamente, a competência dos estados e Distrito Federal quanto aos seus bens -, além de não exaurir a regulamentação a que se destina [...] (DUPRAT, 2002, p 289).

Destarte tal análise crítica aponta a problemática envolvendo o andamento dos procedimentos, o que se intensifica com o fato de ser encaminhada uma atribuição a um órgão que não dispõe de tradição nem competência técnica para tanto. Desse modo, o artigo continuou carecendo de uma regulamentação mais clara e objetiva. O decreto referido acima, ainda imputa a possibilidade de convênio entre a FCP com outros órgãos e tais como: Ministério da Defesa, Secretaria do

Patrimônio da União - SPU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, etc. Essa medida indiretamente reconhece os limites da FCP para tocar o andamento das atribuições que fora a si prerrogadas.

Diante desse quadro, e com a mudança do cenário político no Brasil, outro mecanismo regulatório entra em cena, e que serve de espelho da discussão teórica em torno do tema, bem como o aprimoramento normativo da matéria. No entanto, o que devo salientar nesta empreitada é a transferência do papel principal. O protagonista deixa de ser a FCP e passa a assumir os andamento dos procedimentos o INCRA.

O decreto 4.887/03 homologado pelo então presidente⁵ Luís Inácio Lula da Silva traz em seu artigo 3º o seguinte texto:

Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2003).

O aspecto fundiário fica evidenciado como um critério dessa transferência de atribuição. A questão agrária no Brasil, por sua vez, que legitimou o surgimento e o desempenho do INCRA foi a Reforma Agrária. Agora, o órgão se vê na incumbência de desempenhar um papel novo. O enredo dessa vez traz conceitos e significados bem diferentes daquilo que até então vinha sendo consolidado no órgão. Essa nova atribuição coloca o órgão de frente a dois desafios: 1. Lhe dar com um tema completamente novo, pois como dito, o artigo 68 encontrava-se pairando em meio a um emaranhado de normativas. 2. A equipe técnica limitada tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo.

Mediante tal delegação o INCRA se aproxima de outros setores da agência pública federal para atuar em parceria no andamento dos procedimentos. Tais como: Ministério Público Federal - MPF, Secretaria do Patrimônio da União – SPU e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Ficam estabelecidas, por meio da questão quilombola, relações entre órgãos estatais que irão exigir diálogos e confronto de interesses e posições políticas, o que

⁵ O decreto anterior foi homologado no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

se configura em mais um elemento neste processo de regularização fundaria de territórios quilombolas. O eixo de ligação sendo a terra indica que em diferentes espaços as relações de força se estabelecem caracterizando e identificando os diversos agentes envolvidos. Aqui, a seguir, levo meu(minha) leitor(a) a ter uma ideia do panorama do caso da comunidade Brejão dos Negros, e as relações entre órgãos que judicializaram a matéria.

2. DA COMUNIDADE, DA JUDICIALIZAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

Contudo, à luz dessas considerações, é o caso da comunidade quilombola Brejão dos Negros. Localizada no baixo São Francisco no estado de Sergipe (município de Brejo Grande). Esse agrupamento foi certificado em 2006⁶. Com um cenário caracterizado e sistêmico de disputa por terras já montado desde meados do século XX, a região é palco de uma clara concentração de terras, configurando assim no conflito que coloca duas partes em lados antagônicos. Este conflito toma novos contornos com o processo de regularização fundiária quilombola, o que faz com que os grupos adversários passem a se organizar e estabelecer suas alianças e estratégias.

Esses grupos vêm realizando articulações e ações voltadas para a defesa de seus interesses. O que tem levado as partes a promoverem reuniões, audiências, manifestações, mobilizações e eventos para garantir, de um lado, a manutenção da situação (histórica) agrária na região, por outro, a promoção de mudanças nessa conformação (pautadas legalmente). Este tensionamento levou a disputa para o campo judicial, onde uma querela se instaurou envolvendo vários agentes internos e externos (governamentais e não governamentais).

O Estado, tendo os procedimentos administrativos que rege o ordenamento jurídico, a ser cumprido, por meio de órgãos federais, dentre eles, principalmente, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria), MPF (Ministério Público Federal) e SPU (Serviço de Patrimônio da União), passa a defender o andamento do processo, com vistas ao cumprimento da lei. Alguns outros agentes

⁶ Certificada na Fundação Cultural Palmares com registro no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n.º 651, fl.161, em 19 de junho de 2006 (Cf. Certidão de Auto-Reconhecimento).

merecem destaque, são representações ligadas a movimentos sociais, como o movimento negro, parlamentares, entidades eclesíásticas, etc. que realizam assessorias de diferentes formas, em destaque aqui para a jurídica.

O que torna o caso Brejão dos Negros emblemático é o nível de tensão que atingiu o conflito na localidade. É normal que existam integrantes dessas localidades que de uma forma ou de outra se colocam contra o reconhecimento jurídico em questão. No entanto, talvez com a veemência que se encontram neste caso, poucos exemplos teremos no Brasil. A população local ficou dividida entre “quilombolas” e “não quilombolas”, sendo os primeiros um número pequeno que gira em torno da figura eclesíástica do padre Isaias do Nascimento; e o segundo a maior parte da população que tem como principal representante a juíza Rosivan Machado.

Quando a construção desse processo de identificação se iniciou para encarar a “luta pela terra” a primeira estratégia recorrida foi o perfil de trabalhadores rurais sem terra, quando chegaram a ser identificados como tais em seus acampamentos e posturas frente o latifúndio da região. Essa motivação estava sendo pregada na igreja através de sermões e discursos que anunciavam a realidade de desigualdade social vivida por essas famílias. Logo essas alocações passaram a chamar a atenção dos proprietários se transformando em prelúdios de conflito. E assim, formado um grupo de seguidores do padre que algum tempo depois decidem acionar o Art. 68, recorrendo ao decreto 4.887, e a identidade quilombola é pautada.

Eis que chega uma cerimônia de comemoração pela certificação que reuniu personagens do poder público, autoridades parlamentares e eclesíásticas, além de representantes de entidades da sociedade civil. Enquanto os procedimentos formais ocorrem no interior da igreja, fora dela está se formando um grupo de moradores que se valem de paus e facões passando a ameaçar entrar no recinto para linchar o padre e outros agentes presentes. Sendo que o principal alvo seria o padre. As pessoas gritavam palavras de ordem contra a certificação, afirmando não aceitar o pleito e se inflamavam para invadir o local, quando o prefeito do município consegue escolta policial para retirar os alvos do “motim” em segurança.

E assim, em setembro de 2007, esse acontecimento marcou decisivamente as ações e medidas cabíveis para dar prosseguimento ao processo, que se alonga até 2018 sem a perspectiva de se chegar a titulação definitiva de um território. O INCRA adota uma postura claramente voltada para a efetivação da lei. Inicia

destinando uma antropóloga convocada de Brasília para elaborar o Relatório Antropológico⁷, mas o procedimento não segue seus tramites.

Uma vez parada os tramites administrativos a esfera judicial é acionada em audiências, onde o MPF atua como defensor do direito em pauta, exigindo e cobrando agilidade ao órgão. A presença do MPF veste o caso com um manto de legitimidade com o intuito de combater as ações do grupo contrario ao processo. Ocorreram audiências na localidade, na sede do município de Brejo Grande, em Aracaju (BOMFIM, 2017). Daí foi tomado um grande passo para o acesso às terras por parte da comunidade. O INCRA vincula a questão quilombola a uma desapropriação programada para a reforma agrária no perímetro territorial pleiteado, com o intuito de fortalecer a matéria na região e, assim, facilitar o andamento dos procedimentos.

Neste sentido, o processo de desapropriação da fazenda Batateiras foi uma ação objetiva de beneficiar os esforços do grupo, mas também foi uma forma de empoderamento, pois, contraria a vontade dos tradicionais detentores do poder. Se adentrar em tal propriedade representa mais que um ato de efetivação de um direito, é um ato moral, é para além de uma “ação instrumental”, é “... uma luta por reconhecimento que, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano.” (HONNETH, 2003, p.227).

Em outro viés poderia afirmar que se trata de conciliar o reconhecimento com a redistribuição, como defende Nancy Fraser (2006, p.19): “ni la redistribuicion ni el reconocimiento, por separado, bastan para superar la injusticia em nuestros días; por tanto, hay que conciliarlas y combinarlas de alguma manera”. Uma vez que a efetivação da justiça social é confirmada mediante o pleno exercício do direito, de fato, justificam-se, assim, estratégias para alcançá-la. Em torno da desapropriação da fazenda Batateiras percebem-se medidas que buscam, de alguma maneira, garantir o acesso a terra para os quilombolas.

Anunciada ainda em 2007 na ocasião de uma das audiências promovidas pela Ouvidoria Agrária Nacional, pelo representante do INCRA: “Quanto ao processo da fazenda Batateiras foi encaminhada à presidência da república para decreto de desapropriação e a fazenda capivara, está sendo dado o mesmo encaminhamento.”.

⁷ Neste momento sou convidado a participar enquanto co-autor do relatório, mas afastado em seguida por manter relações parentais na comunidade, o que somou-se com outros fatores e a antropóloga se afasta do processo.

A desapropriação só é de fato efetivada em março de 2011. Foram 4 anos de muitas ações para se ter esse primeiro avanço na direção do território. Dois aspectos quero salientar em torno deste acontecimento.

469 ha que estavam sendo destinados para a Reforma Agrária foram cedidos às famílias do agrupamento do Brejão, ou seja, vinculou a questão quilombola. Para entender esse remanejamento se faz pertinente se atentar para a presunção do território quilombola que estava sendo construído, e no qual não se podem haver “ilhas”. Isso quer dizer que se uma vez estabelecido o perímetro territorial quilombola, a existência de um assentamento iria demandar “reassentamento” conforme Art. 14 do decreto.

Em uma audiência no Senado⁸ a procuradora Lívia Tinoco foi interpelada acerca dessa reconfiguração como sendo uma possível medida para beneficiar os quilombolas em detrimento dos posseiros que requeriam a manutenção da propriedade. Declara então, a representante do MPF:

A legislação que trata das terras da União traz um artigo específico. Não estou com ele aqui, mas sei de cabeça, porque nós trabalhamos muito com essa lei. Ela dá preferência à entrega de terras da União a comunidades quilombolas, a comunidades tradicionais, a comunidades indígenas. Então, se há um processo de ocupação de terras públicas e coexistem comunidades quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e comunidades que não fazem parte desses grupos – a comunidade branca envolvente, vamos chamar assim –, existe uma preferência legal para a ocupação dessas terras, que está relacionada à ocupação das terras da União⁹.

Com essa declaração me encaminho para o acionamento da SPU para atuar no caso. Esse órgão, por sua vez, é intimado a demarcar as terras da União que por ventura estejam sendo ocupadas pela fazenda Capivara, outro símbolo da luta pela terra na região. Neste caso, as idas e vindas são marcantes.

Judicializado o caso, a SPU juntamente com o INCRA endoçam a solicitação de posse imediata aos quilombolas de parte da fazenda. E assim ocorre. A decisão

⁸ Ocorrida em 08 de outubro de 2015, atendendo ao requerimento do então Senador Ronaldo Caiado, que corrobora com o ansejo da liderança dos fazendeiros.

⁹ Cf. “ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2015.”

do juiz Ronivon Aragão é mais um duro golpe no grupo dos fazendeiros, pois, segue a sentença:

Ante todo o exposto, julgo procedentes os pedidos autorais para assegurar que a comunidade quilombola “Brejão dos Negros”, situada no Povoado Resina, retire seu sustento da área de 172,1396 hectares, situada à margem direita do rio Paraúna com margem direita do rio São Francisco, determinando, ainda, que o Instituto Nacional de Reforma Agrária cerque as terras objeto do provimento judicial, de forma a evitar conflitos que digam respeito à localização da área para efeito de cumprimento da decisão (**grifos no original**), atingiu indevidamente seu direito, na qualidade de proprietária do imóvel rural incluindo a área em litígio, tendo em vista o fato de não ter sido chamada ao feito referido¹⁰.

E assim, o agrupamento da Resina se adentra na fazenda Capivara. A propriedade São Francisco se estendia por grande parte do território do município de Brejo Grande alcançando a parte sul do município vizinho de Pacatuba. Sua importância na vida e sobrevivência das pessoas da região é marcante, porém, as formas de trabalho que dispunha para essas famílias as colocavam na situação de extrema pobreza como já mencionado. Seu valor simbólico é imenso, seus herdeiros se colocam como verdadeiros senhores de terra, possuidores de força política e econômica no município.

Ter a sede ocupada por quilombolas foi um ato de extrema significância. Era visível o otimismo no semblante das pessoas. Lá estavam fazendo reuniões. Organizaram-se em sistema de rodizio para manter a sede ocupada, pois, o receio de represálias era constante, não só nas áreas de plantio ou nas lagoas. Bastava uma caminhada de 15 minutos para se chegar ao local, percorrendo algumas lagoas e pastos, além de uma vegetação arbustiva que servia de fonte de lenha e extrativismo de frutas típicas.

Seguida a posse de parte da fazenda as movimentações de bastidores se intensificam e sem deixar se vencer o grupo contrário se alia com outro agente a NORCON, uma empresa do ramo imobiliário com fortes interesses na propriedade. Seja como for, como uma surpresa, um fato inusitado vem à tona. Acontece que legalmente a proprietária da fazenda São Francisco seria uma herdeira da família

¹⁰ Processo 0000746-48.2010.4.05.8500

dos Martins, Ana Catarina Santos Martins que em 22 de outubro de 2012 entra com Ação Declaratória de Nulidade de Ato Judicial, alegando ter sido desapropriada sua propriedade sem que a verdadeira proprietária tenha sido citada no processo.

E assim, o mesmo juiz decide, em 26 de março de 2013, mesmo com as alegações do procurador do INCRA e do MPF para manutenção da decisão outrora outorgada, sentencia que:

Ante todo exposto, DEFIRO, incidentalmente, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela requerida para determinar à parte requerida que se limite ao cumprimento da sentença e tutela deferida na demanda originária (Processo nº 0000746-48.2010.4.05.8500) nos termos e na dimensão em que foram proferidos e, em consequência, **devolver a posse e uso das terras da Fazenda São Francisco na parte da posse estritamente pertencente à autora**, desocupando a sede, as casas de lavradores, curral e outros bens produtivos, devolvendo-os à demandante, bem como tolerando o uso e utilização das pastagens e lagoas pela autora para fins agropecuários que ali desenvolvia e retirava seu sustento, (nos restritos limites da sua posse), até o julgamento final deste feito.

Certamente os “aliados” não se deram por vencidos e elaboram nova peça nessa disputa judicial. Acrescente-se indicativo da SPU quanto ao pertencimento da área à União, e esta solicitação foi com vistas a emitir petição ao juiz Ronivon Aragão com pretensão de reverter a decisão de reintegração de posse.

Essa medida foi formalizada como “mandato de segurança coletivo” de n.º 0802019-76.2014.4.05.0000¹¹. Foi assim acionado o MPF, por via da procuradora Livia Tinoco para que angariasse força junto à Justiça Federal em Sergipe na tentativa de obter êxito ao pedido.

Como demarcação da reintegração foi encaminhada o refazimento das cercas, supostamente, voltando-se ao local de origem. Seria um recuo do território em litígio que significava perda aos quilombolas. Os limites agora, na prática tiveram deslocamentos diferenciados. De um lado alega-se um avanço para além do que foi decidido, por outro lado, atesta-se o cumprimento da decisão judicial.

Certamente o movimento também realizou suas ações para marcar território. A primeira foi de montar acampamento na área que ainda lhes couberam, nas margens da estrada vicinal de acesso à sede da fazenda. Nesta ocasião, foi

¹¹ Cf. Ofício 024/2014 “À Excelentíssima Procuradora da República”. (Arcevo do Instituto Braços).

retomada a dinâmica inicial do movimento perante a “luta pela terra”. Foram erguidos barracos de madeira, palha e materiais outros, lembrando o começo da reivindicação.

As divergências em torno dos limites das cercas geraram outra celeuma que o INCRA, e agora também a Advocacia Geral da União - AGU, e a proprietária se viram em novo litígio. Para dirimir esta nova contenda os quilombolas decidiram recuar no tocante a exigência de cumprimento, segundo o grupo, de refazimento das cercas para seu devido limite, mas que a proprietária não impedisse a passagem pela “estrada real”, que havia sido bloqueada.

Em determinação da AGU o acesso aos barracos do acampamento foi retomado, bem como o alcance às lagoas que ainda se mantinham de posse do grupo e suas roças.

Como se percebe muitas idas e vindas no desenho dessa parte do território marcaram um período de extremo desgaste ocasionado pela luta. O cansaço, o desânimo e o enfraquecimento da força, causada por problemas de relações internas; preocupava a todos. O fato é que enquanto o agrupamento do Brejão, garantido pela desapropriação da fazenda Batateiras, fortalecia sua fixação na terra, conformando traços territoriais; o agrupamento da Resina se via diante uma batalha cansativa e desgastante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de “terras ocupadas tradicionalmente”, segundo, Alfredo Wagner de Almeida (2004) é um dispositivo utilizado para definir territorialidades destinadas a diferentes grupos sociais. Amparados por mecanismos legais tais grupos, também denominados de “comunidades tradicionais”, consolidam em movimentos sociais a luta pela efetivação do direito a terra. Já que cada categoria coexiste em realidades diferentes, os processos de conformação dos territórios também obedecem a fatores diversos. Logo, não apenas no que se apresenta em lei, no que tange as prerrogativas de procedimentos que visam tal construção, mas também fora dela, existem dispositivos que atuam na instituição dos territórios.

Nesta diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária. Considerando que a emergência e o acatamento formal de novos dispositivos jurídicos refletem disputas entre diferentes forças sociais, pode-se adiantar que o significado da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” tem revelado uma tendência de se tornar mais abrangente e complexo em razão das mobilizações étnicas... (ALMEIDA, 2008, p. 12)

E dentro da mesma categoria, como a questão quilombola, as forças sociais atuam de maneiras diversas. Considero que a lei é uma dessas forças, é a força legal que instituiu o direito, é como se a força inicial – se bem que para sua existência forças foram acionadas -, partindo dela um conjunto de dispositivos se relacionam.

Desse modo, a definição do perímetro territorial quilombola não é um resultado apenas das “categorias nativas”, como indica o Art. 9º da Instrução Normativa nº 57/09:

A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes (BRASIL, 2009).

No âmbito externo, como também internamente, fatores conspiram neste encadeamento de procedimentos. Ao longo da jornada de demarcação muitas negociações se formaram para a conformação do território. A exemplo do caso aqui pincelado.

A desapropriação da fazenda Batateiras traz um acordo, segundo uma das lideranças do movimento, onde haveria a reivindicação da desapropriação de outra propriedade para beneficiar os quilombolas residentes na sede do município. Isso poderia ampliar a extensão do território, caso tivesse sido efetivado.

Trata-se de uma fazenda que tem uma história semelhante a da fazenda Capivara para o Brejão e Resina. “É porque sempre foi aquela fazenda ali que empregou o pessoal daqui... era de roça, de arroz, de coco, de gado, era de tudo... a gente tinha esperança de conquistar essas terras.” Essa indagação representa o desanimo de alguns integrantes do movimento oriundos do agrupamento de Brejo Grande. Uma de suas maiores lideranças que acompanhou o processo de “luta pela terra” desde o início de sua construção (meados de 2003) relata seu desapontamento:

[...] hoje eu sinto que as pessoas do movimento aqui de Brejo Grande acham que eu tenho minha parte, na verdade eu tenho porque fiz parte da coordenação fazendo parte desse acordo achando que a coisa, assim no início, parecia ser fácil... assim porque “chega saiu ali uma terra”, com um acordo, nós vamos providenciar outra terra também que tá abandonada que era a Onça... vivia abandonada, as lagoas, tudo, mas que nada, o grupo aqui ficou sem terra (risos), depois das Batateiras, como foi lá, por que não foi aqui na Onça?¹²

O acordo se refere ao fato de que uma vez desapropriada a fazenda Batateiras, o que ocorreu por via da Reforma Agrária, o grupo de Brejo Grande considerava que teria direito a uma parte. No entanto, tendo em vista que se tratava de uma pequena área, relativamente. Então, foi-se ventilada a proposta de desapropriação da fazenda Onça, que fica nas proximidades da sede do município, para beneficiar aquele agrupamento.

Segundo o superintendente do INCRA na época, não existiu esse acordo com a autarquia: “Antes de 2003 não tinha decreto, o que tinha era a reforma agrária, então vai reivindicar a reforma agrária... sabendo que ali é para atender a todos, foi pra comunidade quilombola! Ou seja, ao que parece indicar, o fato de ter voltado à propriedade para beneficiar só um grupo, foi decisão do movimento.

Como uma vez adotada a estratégia da questão quilombola como meio de se garantir o acesso a terra, se desvinculando em identificação da categoria de trabalhadores rurais sem terra, foi também alterada a estrutura hierárquica do movimento de “luta pela terra”. O grupo acima reclamante perdeu o protagonismo perante o grupo do Brejão. A Associação representativa foi fundada no Brejão, por

¹² Depoimento cedido em 03 de agosto de 2016.

moradores do povoado, sendo sediada, até a aquisição e deslocamento para a área da fazenda Batateiras nesta localidade. O que levanta uma questão que envolve o perímetro proposto pelo relatório antropológico, a saber, por que a área do povoado não se encontra inserida nos contornos do território proposto?

Se faz pertinente salientar que o RTID da CQ Brejão dos Negros foi apresentado e aprovado no INCRA em 13 de junho de 2013, tendo sua publicação no DOU em 04 de maio de 2015 e no DOE em 05 de maio de 2015. Para que tal publicação se efetivasse o grupo realizou entre os dias 13 e 14 de abril do mesmo ano, uma ocupação na sede do INCRA/SE. Essa ação foi em conjunto com a Coordenação das Comunidades Quilombolas de Sergipe que reivindicava o andamento dos processos das outras 23 comunidades reconhecidas e certificadas, mas que o INCRA ainda não tinham sido iniciados seus procedimentos administrativos.

Outrossim, as relações estabelecidas entre órgãos, comunidade e outros agente, deram a tônica da negociação que resultou na constituição do território. Este ainda não foi titulado, mas o acesso a terra continua garantido pelo que foi exposto se mantendo até hoje.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas - processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Vol. 6, Nº 1, maio. 2004.

_____. "Os Quilombos e as Novas Etnias". In: O'DWYER, Eliane C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2008.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Ed. 2000. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

BRASIL. Decreto Federal 3.912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta o processo de titulação das terras de quilombo. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Decreto Federal 4. 887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o processo de titulação das terras de quilombo. Brasília: Senado Federal.

BARROSO, Luís Roberto. **O DIREITO CONSITUCIONAL E A EFETIVIDADE DE SUAS NORMAS**. 2.ed., Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

DUPRAT, Debora Macedo. **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECRETO 3.912/2001**. Em: *Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade*. Org. Eliane Catarino O'Dwuer. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **REDISTRIBUCIÓN O RECONOCIMIENTO? UN DEBATE POLÍTICOFILOSÓFICO**. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

HONNETH, Axel. **LUTA POR RECONHECIMENTO: A GRAMÁTICA MORAL DOS CONFLITOS SOCIAIS**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORTA, Raul Machado. **CONSTITUIÇÃO E ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura. **NEGROS NO SUL DO BRASIL: INVISIBILIDADE EXPROPRIADORA**. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporânea, 2000.

SUNDFELD. Carlos Ari (org). **COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DIREITO À TERRA**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Minc / Editorial Abaré, 2002.